

política

Vereadores de Porto Alegre aprovam concessão do Dmae

Serviços de esgoto e distribuição de água passarão à iniciativa privada

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Sofia Utz

sofiaue@jcrs.com.br

A concessão parcial do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) foi aprovada na Câmara de Porto Alegre na madrugada desta quinta-feira após mais de 11 horas de análise. O projeto prevê que os serviços de esgoto e a distribuição de água passarão ao controle do serviço privado, enquanto a captação e o tratamento de água seguirão sob comando público. A medida recebeu 21 votos favoráveis e 14 votos contrários.

Mesmo apresentando ressalvas ao longo da tramitação do texto no Legislativo, que durou cinco meses, a grande maioria dos parlamentares da situação se posicionou favoravelmente à proposta. O vereador Marcelo Bernardi (PSDB) foi o único governista contrário ao projeto. Das 23 emendas colocadas, apenas sete foram aprovadas pelos vereadores, todas protocoladas por parlamentares da base.

A maioria dos adendos aprovados versa sobre a fiscalização da concessão, a manutenção da tarifa atual dos serviços e a garantia de investimentos em comunidades vulneráveis.

Protocolada pela bancada do Republicanos, uma das emendas prevê a criação de uma Comissão Especial na Câmara, que receberá relatórios mensais da prefeitura sobre o andamento da modelagem de concessão. O mesmo adendo estabelece que a tarifa inicial exercida pela concessionária não poderá ser superior à vigente, medida que deverá ser fiscalizada por mecanismos de revisão tarifária.

Além dessa, a emenda redigi-



Após sessão tensa de mais de 11 horas, projeto passou em plenário

da pelo vereador Mauro Pinheiro (PP) torna obrigatória a priorização de investimentos em regiões de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Capital e em áreas de interesse ambiental, cultural, turístico e econômico, estas a serem definidas pela prefeitura.

Também em relação à população de baixa renda, o adendo do vereador Giovane Byl (Podemos) garante que haja uma fila de atendimentos prioritários para chamados em comunidades vulneráveis, inclusive com atendimento comunitário específico para estas regiões.

Outra emenda que regula as atividades da futura concessionária, essa de autoria dos vereadores Carlo Carotenuto e José Freitas, ambos Republicanos, prevê que a empresa é obrigada a fornecer abastecimento emergencial e contínuo de água potável, garantindo ainda a manutenção da tarifa social.

No plenário, o clima foi de tensão, assim como nas galerias, que permaneceram lotadas pelo público que acompanhou o processo até o fim da votação.

Segundo o secretário-geral de

Governo, André Coronel, a concessão é necessária para que a cidade atinja os padrões estabelecidos pelo Marco Regulatório do Saneamento. Até 2033, 99% do território de Porto Alegre precisa ter acesso à água e 90% a tratamento de esgoto. De acordo com Coronel, o funcionamento do poder público não permite celeridade nos processos, o que impediria o cumprimento da meta.

A justificativa é contestada pela oposição, que alega que as empresas privadas também não têm como garantir o cumprimento do Marco do Saneamento Legal até 2033. "Até porque a meta vai ser mudada para 2042, e ninguém vai cumprir esse marco legal no tempo estabelecido", afirmou a vereadora petista Natasha Ferreira.

O projeto protocolado pela prefeitura prevê que o sistema de proteção contra cheias seguirá sob a tutela do poder público. O texto também garante a estabilidade de todos os servidores da autarquia e o uso do valor de outorga da licitação para garantir a modicidade tarifária, especialmente aos que usufruem da tarifa social.

Juliana Brizola é indiciada e acusa tio de ter interesse financeiro

/ INVESTIGAÇÃO

Cássio Fonseca

cassiof@jcrs.com.br

A ex-deputada estadual Juliana Brizola (PDT) foi indiciada pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul por uma suposta apropriação do dinheiro de sua avó materna, Dóris Daudt. O caso gerou grande repercussão, o que ela lamenta por se tratar de uma desavença com o tio Alfredo Daudt Júnior, que teria tido acesso à curatela de sua mãe no início do ano e constatado falta de cuidados de sua sobrinha.

A assessoria de Juliana afirma que ele manteve o posto por apenas dois dias. Depois, a Justiça teria devolvido a curatela à pedetista.

As duas compartilham uma conta conjunta desde 2018 e a ex-deputada é provável candidata ao governo estadual nas eleições do ano que vem acusa Daudt Júnior de buscar "obter benefício fi-

nanceiro de uma senhora de 99 anos". Também afirma que ele abandonou a mãe 20 anos atrás.

A defesa de Juliana, a cargo do Escritório Aury Lopes Jr Advogados, informa que "lamenta profundamente a divulgação da presente investigação e, desde logo, registra sua discordância quanto às conclusões apresentadas pela autoridade policial. Juliana colaborou integralmente com a apuração, prestando todos os esclarecimentos solicitados".

Já os advogados Andrei Zenkner Schmidt e Bruna Aspar Lima, que representam Alfredo Daudt Júnior, afirmam que "corroboram as conclusões do inquérito policial e agora aguardam a manifestação do Ministério Público sobre as conclusões da investigação."

Questionada sobre as acusações de Juliana ao seu cliente, Bruna reitera que a resposta só ocorrerá após o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público estadual.



Pedetista é acusada de ter se apropriado de dinheiro de sua avó materna

Senado aprova enquadrar misoginia como crime de discriminação

/ JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira, projeto de lei que inclui a misoginia entre os crimes de discriminação previstos na Lei do Racismo (Lei nº 7.716/89). Ele segue para a Câmara dos Deputados a menos que algum senador apresente até a próxima quarta-feira, recurso para que o texto seja votado no plenário.

A proposta da senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) define misoginia como conduta que manifeste ódio ou aversão às mulheres,

baseada na crença da supremacia do gênero masculino. A relatora na CCJ foi a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), que apresentou parecer favorável.

Sem a tipificação, as condutas são enquadradas como injúria ou difamação, dependendo da interpretação jurídica adotada - que têm pena menor. A pena para os crimes previstos na Lei nº 7.716 vão de dois a cinco anos de reclusão, além de multa. A relatora defendeu a proposta original e rejeitou um texto alternativo elaborado pela Comissão de Direitos Humanos, que tratava o tema como injúria individual.

CPI da Energia Elétrica realiza audiência em Caxias

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Energia Elétrica, que investiga as falhas recorrentes na prestação do serviço no RS, realizou audiência pública nesta quarta-feira em Caxias do Sul. A, a principal reclamação dos participantes foi o aumento abusivo na conta de energia da RGE, empresa privada que cuida da distribuição de energia na cidade.

de. Além das altas tarifas, também foram relatadas quedas frequentes no fornecimento de eletricidade.

O presidente da União das Associações de Bairros de Caxias do Sul (UAB), Valdir Walter, relatou que qualquer chuva causa a falta de energia em vários bairros. Ele reclamou da discrepância entre o alto valor cobrado da população e a infraestrutura precária, que inclui postes de luz com risco de queda.

Um dos depoimentos mais contundentes foi o da presidente da Associação de Moradores de Galópolis, Darla Pereira, que informou que, no mínimo, três vezes por semana, os moradores do bairro são acometidos por falta de energia. Ela entregou aos deputados da CPI um abaixo-assinado solicitando melhorias e especificando as três ruas mais atingidas na localidade. Ao todo, 70 famílias seriam afetadas.